

TCE vai buscar abertura à comunidade

O Tribunal de Contas do Estado vai buscar este ano uma maior abertura à participação da comunidade em suas ações, com a adoção de medidas que valorizem a cidadania. Essa foi uma das principais mensagens do discurso proferido pelo conselheiro Edson Ferrari em sua posse como presidente do Tribunal de Contas do Estado, em concorrida solenidade ocorrida no dia 11 de janeiro no Plenário Henrique Santillo. Ferrari, que substitui o conselheiro Sebastião Tejota, também confirmou a realização de concurso público para provimento de cargos técnicos e administrativos em complemento ao concurso já anunciado para auditores e procuradores de contas.

O novo presidente destacou sua intenção de investir na capacitação técnica dos servidores, em especial para a realização das auditorias operacionais, e empenho no aperfeiçoamento e implementação do plano de cargos e vencimentos, cobrando, em contrapartida, o empenho de todos na constante melhoria da qualidade e quantidade dos serviços prestados à comunidade. O TCE buscará em 2007 manter relacionamento harmônico, respeitoso e proveitoso com os demais componentes da administração pública.

TEJOTA – Em sua fala, o ex-presidente Sebastião Tejota fez uma prestação de contas do que foi feito durante sua administração em 2006. Dentre os avanços citados, estão as parcerias com outras instituições, a criação da divisão de fiscalização das receitas do Estado, o aumento do quantitativo de procuradores de contas e de auditores e a aprovação para a realização de concurso público.

Tejota também mencionou a ação pedagógica do TCE e a inovação ao utilizar pela primeira vez profissionais da área de saúde em programas específicos. Falou, ainda, do Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex), convênio com o Banco do Brasil e outras realizações na área de pessoal. Também relatou a implantação do telejornal TCE na TV, veiculado pela TV Assembléia, reedição do jornal impresso, e lançamento do jornal mural como veículo de comunicação interna.

SOLENIDADE - Também foram empossados como vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente, os conselheiros Carlos Leopoldo Dayrell e Gérson Bulhões Ferreira. A solenidade foi prestigiada pelo governador Alcides Rodrigues, o vice-governador Ademir Menezes, os presidentes da Assembléia Legislativa, Samuel Almeida, e do Tribunal de Justiça, Jamil Pereira de Macedo, o senador Marconi Perillo, dentre outras autoridades.



Pág. 02	Visitas ao TCE	Pág. 03	Normatização da publicidade	Pág. 04	Coordenação de Fiscalização Estadual
Pág. 06	Artigo	Pág. 07	Monitoramento das Anops	Pág. 08	Marcas do tempo

Visitas ao TCE

Diretores da Asmegeo e senador Marconi visitam TCE

Em visita de cortesia ao Tribunal de Contas do Estado, o senador Marconi Perillo, que foi governador do Estado durante mais de sete anos, ressaltou a importância do órgão fiscalizador durante o período em que esteve à frente do Poder Executivo. "Graças ao caráter preventivo das ações do Tribunal, pude tomar medidas corretivas que contribuíram para a boa gestão do governo", disse.

Já o presidente do TCE, conselheiro Edson Ferrari, disse que espera do Senador apoio institucional no âmbito de sua atuação parlamentar, destacando a convivência harmônica que existiu entre o Tribunal de Contas e o governo de Marconi.

Também participaram do encontro a deputada federal Rachel Teixeira e os conselheiros Carlos Leopoldo Dayrell, Gérson Bulhões Ferreira, Naphtali Alves e Carla Santillo.



ASMEGO - O presidente do TCE recebeu também visita de cortesia de membros da diretoria da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmegeo). Além do presidente da entidade, Wilson da Silva Dias, participaram do encontro a diretora de Cultura e Eventos, Lilianna Bittencourt, e o diretor de Pousadas, Floripes de Sousa Barbosa.

Expediente

Presidente: Edson José Ferrari
Vice-Presidente: Carlos Leopoldo Dayrell
Corregedor-Geral: Gérson Bulhões Ferreira
Conselheiros: Milton Alves, Naphtali Alves, Sebastião Tejota e Carla Cíntia Santillo
Auditores: Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente
Procurador-Geral de Contas: Fernando dos Santos Carneiro

Direção e Coordenação:
Chefe de Gabinete: Marcus Vinícius do Amaral
Diretor-Geral: Pérsio Pedroso de Moraes Júnior
Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa
Coord. Fiscalização Estadual: Fernando Xavier da Silva
Contadora Geral: Lilianna Maria C. S. Peu
Secretário Geral: Wagner Luiz P. B. Vieira

Notícias TCE

Edição: Alexandre Alfaix de Assis
Redação: Comunicação/TCE
Alexandre Alfaix de Assis (Jornalista JP 00729-GO)
Leonardo Rocha Miranda (Jornalista)
Candice Sebba (Projeto Gráfico)
Mônica Perillo e Leticia Pires (Relações Públicas)
José Joaquim Freitas (Revisão)
Fone/Fax: (62) 3201-9190 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP:74003-030
Fone: (62) 3201.9000 - www.tce.go.gov.br

TCE e Assembléia buscam parceria

A parceria entre as instituições será buscada entre o Tribunal de Contas do Estado e a Assembléia Legislativa. Esse foi o entendimento a que chegaram conselheiros e deputados durante a visita feita pela nova mesa diretora da AL à Presidência do TCE na manhã de 13 de fevereiro.

Para o presidente do Tribunal, Edson Ferrari, os órgãos públicos têm de atuar mais próximos para aprimorar o serviço que prestam à sociedade. O deputado Jardel Sebba, por sua vez, aposta na interação e troca de informações como solução rápida para as questões que envolvem as duas instituições.





TCE propõe normatização da publicidade e propaganda do Governo

O Tribunal de Contas do Estado quer que o Governo de Goiás encaminhe projeto de lei regulamentando a contratação de serviços de publicidade e propaganda no Estado. Esta e outras recomendações sobre licitações na área de comunicação estão contidas na Resolução nº 210/2007, relatada pelo conselheiro Naphtali Alves e aprovada na sessão plenária de 8 de fevereiro.

Como justificativa para a adoção da resolução, que se originou de proposta do conselheiro Edson Ferrari no ano passado, antes de assumir a presidência da casa, o Tribunal apontou falhas e irregularidades detectadas em inspeções e auditorias realizadas na área de comunicação do Estado, em licitações, contratos e sua execução. Entre elas, a caracterização de objeto múltiplo ou indeterminado, ausência de projeto básico e orçamento detalhados para execução dos serviços, adjudicação de um mesmo objeto a várias agências e prorrogação de contratos não respaldada por análise técnica.

E, ainda, falhas de controle na execução, como a falta de comprovação de veiculações, intermediação desnecessária de agência, pagamento de serviços não executados ou de execução não comprovada, aditivos que ultrapassam o limite legal, sobrepreço de serviços, pagamento por prestação de serviço fora do objeto do contrato, pagamento indevido por subcontratação e pagamento de comissão em percentual superior ao previsto no contrato.

PLANO DE COMUNICAÇÃO - O TCE propõe que o Governo determine ao órgão encarregado da política de comunicação do governo (a Agecom) que estabeleça um Plano Anual de Comunicação, elabore planilha de custos para as ações, e padronize e normatize os editais de licitação e os contratos na área de publicidade e propaganda, assegurando que o objeto seja claramente definido a partir de um projeto básico, delimitando com precisão os serviços e produtos a serem adquiridos.

Com relação às agências de publicidade, o TCE recomenda que sejam contratadas exclusivamente para os serviços de criação e produção que, diante da natureza e complexidade, não possam ser realizados pela própria administração pública.

Na resolução, o Tribunal de Contas propõe que o Estado deve assegurar que os gastos com veiculação e divulgação de atos e fatos do governo sejam precedidos de licitação e da lavratura de contrato, limitados aos valores previstos no Plano Anual de Comunicação e do orçamento, bem como sejam observados os princípios da igualdade e livre manifestação do pensamento, para que não haja, por meio do gasto indevido da verba publicitária, direcionamento de linha editorial ou censura à informação.

Também devem ser precedidos de licitação os gastos com eventos realizados diretamente pelos órgãos do governo, sendo vedada a inclusão de tais gastos nas licitações para a contratação de agências ou veículos de comunicação.

Ferrari é personagem do Roda de Entrevista da TBC/Cultura



O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Edson Ferrari, foi entrevistado pelo programa Roda de Entrevista, veiculado em 13 de fevereiro pela TV Brasil Central/Cultura (canal 13), com reapresentação no dia 17.

Durante o programa, Ferrari teve oportunidade de explicar, em linhas gerais, o funcionamento do TCE, o caráter orientativo de sua fiscalização, as Anops, a forma de nomeação de conselheiros e a intenção de realizar concurso público, dentre outros assuntos.

Participaram da entrevista, além do apresentador Reynaldo Rocha, os jornalistas Renato Dias (Revista Movimento), Carlos Pereira (Rádio Difusora), Hélmilton Prateado (Jornal Opção) e Eduardo Sarturato Araújo (Tribuna do Planalto). A produção do programa está a cargo da jornalista Norma Leitte.

Diminui estoque processual

O Tribunal de Contas do Estado julgou mais de 7 mil processos em 2006, um avanço de mais de 70% com relação ao ano anterior. Essa é uma das informações constantes no relatório elaborado pela Assessoria da Corregedoria do TCE, que também detectou a diminuição no estoque processual existente no órgão fiscalizador, pela primeira vez desde que se iniciou o controle estatístico há 6 anos. O relatório traz uma síntese das atividades ocorridas no período, referentes a trâmites processuais e volume de documentos gerados no sistema informatizado.

O documento também aponta o total de acessos concretizados ao sistema de ouvidoria do Tribunal pela internet, a E-Ouvidoria, que recebeu 174 acessos durante o ano, sendo 15 denúncias, 48 sugestões e 111 outros, como solicitações de informações diversas sobre o funcionamento do Tribunal, concurso público, dentre outras.

SETORES - A Contadoria Geral e suas subordinadas analisaram 4.159 processos com 4.027 documentos gerados em sistema próprio, um aumento de 40% na análise processual em relação ao exercício de 2005. A Coordenação de Fiscalização e seus setores subordinados analisaram 19.290 processos e tiveram 18.810 documentos gerados em seu sistema próprio, um aumento de 13,3% em comparação a 2005.

A Secretaria Geral e suas divisões subordinadas analisaram um total de 19.072 processos, e foram gerados 22.859 documentos no sistema GPRO. A análise processual cresceu 20,7% em relação a 2005.

Os relatórios bimestrais de 2006 podem ser acessados no site da instituição: www.tce.go.gov.br.

Ações informativas da CFE em 2006

Em 2006 a Coordenação de Fiscalização Estadual passou a desenvolver ações informativas, em conjunto com o Serviço de Imprensa do TCE, por meio do jornal "Notícias TCE". A CFE usa este espaço para que os servidores e alguns segmentos da sociedade fiquem informados sobre ações do setor.

Outra iniciativa de sucesso da Coordenação foi o projeto do "Gibi do Tribunal de Contas, Romãozinho", que teve sua redação elaborada pela servidora Dulce Abreu (estudante de Publicidade da UCG) e desenhos do cartunista Jorge Braga.

O gibi será distribuído na rede estadual do ensino fundamental, mediante convênio a ser celebrado entre o TCE e a Secretaria Estadual de Educação.

E CFE CFE CF CFE CFE CFE INFORMATIVO CFE

Resp. Dulce Abreu



Nova sede do TCE

A 2ª DFENG, através da comissão designada pela Portaria nº 0034/2007, da Presidência desta Corte, composta pelos servidores Ana Cristina de Castro Abreu Almeida, Daniel Baptista Lins Rocha, Gilney da Costa Vaz e Luiz Alberto Cunha Cruz, está realizando os levantamentos essenciais à definição das necessidades funcionais, visando o procedimento licitatório para a elaboração do projeto de arquitetura da nova sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado e da Escola de Contas.

O terreno para a construção do edifício tem uma área de 93.027,48m² e também uma área de reserva ambiental e está localizado na Fazenda Retiro próximo ao Setor Jaó, à BR-153 e AGETOP. (Leticia Jardim, 2ª DF de Engenharia)

1ª DF apresentará relatório de auditoria no Programa Banco do Povo

O Programa Banco do Povo, pelo qual a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento é a responsável, tem como objetivo gerar oportunidades de trabalho e renda, por meio da concessão de crédito ágil, acessível e adequado, e da promoção de assistência técnica a microempreendedores de baixa renda, para garantir a sustentabilidade do negócio.

Em 2006 foram realizados doze eventos que capacitaram 350 agentes e 4 mil empreendedores. Foram celebrados 8.400 contratos de crédito gerando um grande número de empregos e, conseqüentemente, melhores condições de vida para os empreendedores e demais beneficiários diretos e indiretos.

A Coordenação de Fiscalização Estadual, por intermédio da 1ª Divisão de Fiscalização, irá apresentar relatório conclusivo da auditoria, abrangendo o período de maio de 2000 a novembro de 2006. (Luiz Gonzaga, 1ª DF)

Visita à fábrica de emulsão asfáltica

Os técnicos da Primeira Divisão de Fiscalização de Engenharia realizaram, em novembro de 2006, visita técnica à fábrica de emulsão asfáltica Disbral S/A (Distribuidora Brasileira de Asfalto), empresa que fornece aos órgãos públicos e empresas rodoviárias materiais betuminosos aplicados em nossas rodovias.

O intuito da visita foi verificar como são preparadas as emulsões asfálticas, permitindo aos técnicos uma melhor identificação dos produtos utilizados nas obras fiscalizadas pelo TCE.

A visita foi proporcionada pelo proprietário da empresa, engenheiro Ronaldo Aspesi, juntamente com a diretora da 1ª DFENG, Zaquia Sebba Carrijo, que ressalta a importância de qualificar os servidores da área de fiscalização. (Zaquia Sebba, 1ª DF de Engenharia)



CFE comemora aniversário de seu coordenador

O coordenador de Fiscalização, Fernando Xavier, aniversariante do dia 1º de janeiro, foi homenageado pelos colegas das seis divisões que compõem a CFE deste Tribunal.

2ª DF inspeciona frota de veículos da Secretaria da Saúde

Durante o período de outubro a dezembro de 2006, a 2ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas inspecionou o setor de transportes da Secretaria da Saúde. Além de solicitação de documentos, análise de processos, realização de entrevistas e inspeções físicas, foram realizadas viagens a várias cidades do estado para conhecer a realidade sobre a situação da frota daquela secretaria.

(O processo de inspeção foi protocolado sob o nº 200700047000489, tendo como relator o conselheiro Milton Alves e encontra-se em trâmite no TCE - Maria Delcy, 2ª DF)



Parcerias para o controle da gestão pública

Edson Ferrari



Presidir este órgão é uma experiência que enriquece e fortalece qualquer um, sobretudo quando consideradas as atividades de controle externo que a rede de tribunais de contas, no desempenho de sua função constitucional, se empenha em realizar, vivendo um momento histórico sem precedentes. É um processo com dimensão e profundidade que envolvem o Estado brasileiro, e o clamor da sociedade, por ética e correção no exercício da Administração Pública. Goiás e seu TCE estão e estarão envolvidos nesse esforço.

Buscarei inspiração em uma figura que me é particularmente muito querida: a do homem que empresta seu nome ao Plenário do TCE-GO, o doutor Henrique Santillo. O bico de pena do renomado professor Amaury Menezes, muito além do que nos mostraria uma simples fotografia, parece captar um pouco da alma de seus retratados. E, no caso, para os que, como eu, tiveram o privilégio de desfrutar da convivência e da amizade de Santillo, o quadro na parede não só nos reaviva a memória, para manter vivas em nós suas lições de caráter, de honradez, de correção, de respeito à coisa pública, de amor e devoção ao país e sobretudo ao estado de Goiás.

Cabe a nós, enquanto controle externo, por poder-dever estabelecido na Constituição, fiscalizar o emprego do dinheiro e dos bens públicos, exigindo correção de todos quantos os manuseiam ou por ele são beneficiados.

Esse controle se faz através de inspeções de rotina ou extraordinárias ou por auditorias de programas e projetos. O exercício do dever de fiscalizar não mais se restringe ao exame estático da legalidade e da regularidade da despesa, de natureza essencialmente jurídica e aritmética, mas prioriza os aspectos dinâmicos de sua administração e sua ação, consubstanciada pela execução dos programas governamentais.

Em razão de tudo isso, o exercício do controle externo, através de auditorias, adquiriu uma natureza multidisciplinar, envolvendo conjuntamente várias disciplinas científicas. Dessa forma, o desempenho da administração pública é analisado sob os mais variados ângulos, averiguando-se desde o planejamento e a execução criativa das políticas públicas, objetivando o atendimento das necessidades da população, do público alvo, destinatário final da gestão.

Assim, as Auditorias de Natureza Operacional, as Anops, se constituem em modernos e importantes instrumentos de controle da Administração. Eu diria mais que

isso, como valiosa e indispensável colaboração dos Tribunais de Contas à Administração Pública, no instante em que conferem avaliação técnica apurada aos programas governamentais, permitindo a correção de rumos e a readequação capazes de garantir-lhes eficácia e altos índices de satisfação.

No nosso caso é de se ressaltar o emprego pioneiro de profissionais médicos e da área de odontologia em programas de saúde, como já se fazia em relação à engenharia – e como se fará em outras áreas, como as de informática, educação, transporte e outras.

E, ainda para ficar no campo da formação técnica e profissionalização dos nossos quadros, determinarei a agilização dos procedimentos já iniciados ano passado, para a realização, o quanto antes, do concurso público para preenchimento dos cargos de procurador de contas e de auditor. Também providenciarei a realização de concurso público para cargos técnicos e do setor administrativo, em substituição a cargos comissionados.

Aos servidores do Tribunal de Contas anuncio meu empenho pelo aprimoramento do que já foi conquistado, inclusive o aperfeiçoamento e a implementação do plano de cargos e vencimentos. Em contrapartida, quero o empenho de todos na constante melhoria da qualidade e quantidade dos serviços prestados à comunidade.

O Tribunal de Contas não pretende autonomia para a ostentação e confronto com as demais instituições. O que busca é o relacionamento harmônico, respeitoso e proveitoso com os demais componentes da Administração Pública.

Com esse entendimento, meu antecessor na Presidência do TCE buscou estabelecer maior aproximação e estreitar as relações com poderes e órgãos, a partir do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, do Ministério Público e de seus congêneres, a partir do Tribunal de Contas da União e da chamada rede ou sistema Tribunais de Contas, que vai se consolidando via Promoex. Trata-se do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo Estadual e Municipal – iniciativa do Ministério do Planejamento e orçamento, com apoio do BID, com vistas à modernização e fortalecimento institucional do sistema de controle externo no âmbito de estados e municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle.

No mesmo sentido, conclamo a imprensa a também colaborar, a ser parceira do Tribunal de Contas, com a vigilância, a denúncia atempada, responsável e conseqüente, como forma moderna de controle social da gestão pública. Da mesma forma, queremos contar com a parceria dos demais órgãos de fiscalização da Administração Pública, como o Ministério Público, os órgãos de segurança, e, por que não, das entidades representativas da sociedade civil organizada.

E, finalizando, dedico esta solenidade à memória deste grande brasileiro, Henrique Santillo.

* Parte do discurso de posse do Conselheiro Edson Ferrari, na Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em 11 de janeiro de 2007



Artigo

Retrospectiva econômica de 2006 e perspectivas para 2007

Karine Terra – Economista e Analista da 6ª DF



Infelizmente as avaliações pouco promissoras de alguns analistas do mercado financeiro se concretizaram em 2006. Por dois anos consecutivos houve crescimento em torno de 3% ao ano. O baixo desempenho frustrou a indústria; mesmo com crescimento do consumo interno, houve pouco impacto no segmento. Com a valorização do real diante do dólar, os produtos importados ficaram mais baratos, e o que se viu foi a substituição dos produtos nacionais pelos importados.

No mercado de trabalho, destaque para o aumento da oferta de empregos formais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas com carteira assinada aumentou 4,8% em relação ao ano de 2005.

A política monetária foi conduzida com cautela, a taxa Selic caiu de 18% no início de 2006 para 13,25% no final do ano. Com os juros altos, houve controle da inflação, e os índices de preço ficaram dentro da média estabelecida pelo Governo.

Os gastos públicos tiveram uma expansão, e fecharam o ano em 19,6% do PIB, contra os 18,2% registrados em 2005. O aumento dos gastos concentrou-se nas despesas correntes.

O superávit primário fechou em 4,35% do PIB, acima da meta de 4,25% do PIB estipulada para o ano.

Entre janeiro e novembro as exportações brasileiras superaram US\$ 125 bilhões, com valorização de 11% em relação a 2005. As importações totalizaram US\$ 84,1 bilhões, com valorização de 25% em comparação ao ano anterior.

Em relação a 2007, as perspectivas são de aumento de 3,4% na economia. Esse crescimento será liderado pela indústria, que terá expansão de 4,2% no próximo ano, maior do que os 4% estimados pela

agropecuária e os 2,4% do setor de serviços. As previsões são da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que apontam um quadro de aceleração moderada no ritmo de crescimento da economia brasileira.

A indústria de transformação deve crescer em ritmo moderado devido ao câmbio, que deverá permanecer valorizado, e da perda de competitividade junto aos concorrentes estrangeiros. A previsão é de 3,3% de crescimento este ano.

O comércio exterior deve sofrer o mesmo reflexo, pois o câmbio valorizado favorece as importações, e o saldo comercial deve fechar menor em relação a 2006.

A CNI prevê uma política econômica semelhante à do ano passado, com inflação mantida dentro das metas estabelecidas pelo Governo. Com isso o cenário de inflação deverá ficar controlado e pode haver cortes na taxa Selic. A estimativa é que os juros básicos da economia alcancem 11,5% ao ano no final de 2007. Essa previsão na queda dos juros causa entusiasmo no mercado, pois o país tem condições de diminuir os juros sem comprometer a estabilidade. Isso será um estímulo à demanda, caso se concretize.

O crescimento da economia porém não depende apenas de uma forte política fiscal, e de queda nas taxas de juros. Depende também de investimentos por parte do governo e de atração de investimentos privados. De nada adiantará ter um crescimento na demanda se as empresas não puderem suportá-las, como aconteceu com as companhias aéreas em 2006. É preciso investir em estradas, saneamento, geração de energia etc.

Hoje 40% do PIB brasileiro é proveniente de impostos, e essa receita está quase toda alocada em despesas correntes e na administração de uma dívida pública que ainda é uma das maiores entre os países emergentes.

Esperamos que o segundo mandato do Presidente Lula tenha um tom vigoroso de investimentos e uma melhor alocação de recursos. Tudo indica que a economia mundial deve crescer 5% neste ano. É um bom momento para consolidar a estabilidade e criar bases sólidas para a competitividade da economia brasileira.

Curso de Direito Administrativo

Está no prelo a terceira obra jurídica escrita pelo servidor do TCE Luciano Carlos Ferreira. O livro Curso de Direito Administrativo, editado pela IEPC, tem lançamento nacional previsto para março e poderá ser encontrado nas livrarias jurídicas de todo o Brasil.

Os outros livros publicados por Luciano, pela mesma editora, são O Cartão de Crédito e seus Encargos, em 2004, e Recuperação e Falência do Empresário e da Sociedade, em 2005.

Confira uma sinopse das três obras:



Curso de Direito Administrativo. O livro tem como meta ensinar ao estudante, ao profissional e ao professor uma maneira simples de assimilar esse ramo do Direito Público. Dividido em 21 capítulos, contém a interpretação doutrinária e dos tribunais. Ao final, uma parte dedicada a questões de recentes exames de concursos públicos, que podem ser solucionadas com a leitura dos capítulos anteriores.

O Cartão de Crédito e seus Encargos trata do financiamento das faturas dos cartões de crédito não-bancários. O autor buscou no direito interno (Código do Consumidor, Código Comercial, Código Civil) e no comparado (Diretivas na União Européia) normas regulamentadoras das relações jurídicas existentes entre as partes integrantes do sistema contratual do cartão de crédito.

Recuperação e Falência do Empresário e da Sociedade faz considerações sobre o aspecto histórico do direito falimentar e seus princípios explícitos e implícitos. Adentra nos aspectos comuns aos institutos da recuperação e da falência, seja com relação aos procedimentos ou ritos processuais ou aos órgãos auxiliares do juiz. Aborda a recuperação extrajudicial e judicial e a falência do devedor, os crimes falimentares e, no capítulo de prática, maneiras de se requerer a recuperação ou a falência.



Auditorias de programas serão monitoradas

As 22 Auditorias de Natureza Operacional (Anop) realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado desde 2004 serão monitoradas a partir deste ano para que o órgão fiscalizador saiba se os resultados propostos nos relatórios produzidos até aqui resultaram nos benefícios esperados. Para obter embasamento teórico nesse acompanhamento, os técnicos do TCE participaram de um curso com o diretor técnico da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União, Dagomar Henriques Lima.

O treinamento, resultado de convênio firmado recentemente entre as duas cortes de contas, mostrou a importância da quantificação no monitoramento desse tipo de auditoria. Segundo Dagomar Henriques, essa fase da Anop ajuda a mostrar ao gestor que as recomendações feitas no relatório de auditoria trazem aos programas de governo muitos benefícios, entre eles a diminuição de custos e de prazo e o aumento da eficiência e qualidade.

O TCE vai decidir quantas e quais serão as Anops a serem realizadas em 2007. No ano passado, o TCE realizou auditoria operacional em oito programas de governo (Goiás Pavimentado, Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde, Transporte Escolar na Zona Rural, Ampliação do Abastecimento de Água, Goiás com Mais Saúde, Trânsito Seguro e Atendimento ao Cidadão, Banco do Povo e Luz para Goiás). Em 2005 também foram oito os programas e, em 2004, seis.



Tomadas de contas acima de 30 mil devem ser encaminhadas ao TCE



O Tribunal de Contas do Estado fixou em 30 mil reais o valor a partir do qual os processos de Tomada de Contas Especiais devem ser encaminhados para julgamento. Processos dessa natureza com valores inferiores a R\$ 30 mil deverão ser anexados à Prestação ou Tomada de Contas do Ordenador de Despesas para posterior deliberação da corte de contas, conforme a Resolução nº 98/2007, relatada pelo conselheiro **Naphtali Alves**.

A Tomada de Contas Especial é o processo que deve ser aberto pela administração pública para apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de dano em caso de omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado, na ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, na prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, sob pena de responsabilidade solidária.

Servidores da Procuradoria de Contas despacham atos de expediente

Quatorze servidores lotados no Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado podem firmar atos de mero expediente naquela unidade, por delegação do procurador geral de contas interino, Fernando dos Santos Carneiro. O objetivo é dar maior celeridade a procedimentos como encaminhamento de documentos, solicitação de diligências e pedido de providências para unidades técnicas do TCE.

Câmaras de julgamento

Em sessão realizada no final do ano passado, o TCE fixou as câmaras de julgamento para o ano de 2007. A Primeira Câmara é presidida por Carlos Leopoldo Dayrell, em obediência ao regimento interno que prevê o vice-presidente da casa nesse posto, tendo como membros Naphtali Alves de Souza e Sebastião Tejota.

A Segunda Câmara, também por definição regimental, tem como presidente o decano da casa, conselheiro Milton Alves. Os membros são Gerson Bulhões Ferreira e Carla Cíntia Santillo. O Tribunal Pleno, reunindo as duas câmaras, é conduzido pelo presidente Edson Ferrari.





Crianças excepcionais recebem doação

A Associação de Serviço à Criança Excepcional de Goiânia (Ascep), entidade administrada pela Sociedade São Vicente de Paulo, foi o destino do produto arrecadado pela campanha promovida pelo Tribunal de Contas do Estado em 2006. Do total de 618 Kg arrecadados, foram doados 420 Kg para a Ascep e o restante foi entregue ao pessoal que trabalha na limpeza do próprio Tribunal.

A Ascep atende 69 crianças e adolescentes com deficiência mental e múltipla, 18 delas em regime de internato e semi-internato. As pessoas interessadas em conhecer o estabelecimento e auxiliar com a doação de gêneros ou ajuda financeira a qualquer tempo podem se informar pelo telefone 3583-0186.

Campanha de Natal entrega arrecadação

Já a Campanha de Natal, promovida pelo gabinete do conselheiro Edson Ferrari, entregou mais de 1,5 tonelada de alimentos não perecíveis e quase 10 mil unidades de produtos de limpeza ou de higiene para o Abrigo São Vicente de Paulo, que acolhe 28 idosos na Vila Americano do Brasil, em Goiânia. Os telefones de contato são 3251-5122 e 3253-1199.



Lançamento de cartilha marca solenidades no TCE



O lançamento da cartilha "Romãozinho visitando o TCE", que será distribuído nas escolas da rede pública estadual, foi o ponto alto das solenidades institucionais realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado no final de 2006. A publicação, em formato de gibi, mostra o personagem criado pelo cartunista Jorge Braga fazendo um passeio pelas dependências do TCE, onde toma conhecimento das atribuições do órgão fiscalizador, sua forma de atuar, legislação e composição.

As solenidades também contaram com um culto ecumênico em ação de graças pelo ano de 2006. Houve entrega de carteiras funcionais aos servidores efetivos, apresentações do Coral TCE-GO e de artistas do Tribunal, além do encerramento da campanha de doação de alimentos promovida pelos servidores da casa.

DIVULGAÇÃO – Segundo o então presidente Sebastião Tejota, a cartilha foi elaborada com o objetivo de mostrar aos estudantes, de uma maneira simples e clara, o trabalho que é feito pelo TCE. Presente à solenidade, a secretária de Estado da Educação, Milca Severino Pereira, parabenizou o Tribunal pela iniciativa, afirmando que a sociedade anseia por informações a respeito dos órgãos que compõem o Estado. Ela aproveitou para ressaltar a importância do TCE no acompanhamento da gestão pública.



Marcas do Tempo



Sessão especial do Tribunal Pleno do TCE no final da década de 1960, contou com as presenças ilustres do então governador Otávio Lage de Siqueira e do deputado Sidney Ferreira, que era o presidente da Assembléia Legislativa (os dois últimos do lado direito da foto). A solenidade era presidida pelo conselheiro Nelson Siqueira, com a atuação do procurador-geral da Fazenda junto ao TCE Valdir Luiz Costa. Também presente o então reitor da UFG, Jerônimo Geraldo de Queiroz. No canto da foto, o conselheiro Carlos Dayrell, em sessão acompanhada pela secretária-geral, Cleonice de Souza Silveira (dona Nicinha) e repórteres da época, um deles (de terno) identificado como Ivo Pinto de Melo.



PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS TCE



Promoção Alto Verão vai premiar servidores

A Promoção Alto Verão/Notícias TCE vai mudar, a partir da próxima edição, a forma de premiar os leitores do informativo do Tribunal de Contas do Estado. A cada edição serão sorteados servidores do TCE de acordo com o mês de aniversário que coincidir com a edição do jornal.

Serão convidados para fiscalizar o sorteio, um representante da Alto Verão e pelo menos um servidor efetivo do Tribunal. O sorteio será baseado em lista de aniversariantes disponível no Serviço de Relações Públicas do TCE.

RESPOSTA DA EDIÇÃO ANTERIOR

O conselheiro Nelson Siqueira foi presidente do TCE durante nove exercícios (1966, 1967, 1972, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1986), embora não tenha sido o único nos anos de 1967 e 1984, quando dividiu a incumbência com os conselheiros Venerando de Freitas Borges e Napoleão da Costa Ferreira, respectivamente.

O vice-campeão foi o conselheiro Waldyr Castro Quinta, com oito exercícios completos. Se a pergunta fosse sobre o tempo de permanência na presidência e não "quem foi mais vezes presidente", talvez Waldyr estivesse no primeiro lugar. Na terceira posição, com quatro presidências cada, estão os conselheiros Carlos Dayrell, Joaquim Gomes Filho e Frederico Jayme Filho.



O ganhador da edição anterior foi Darci Moreira Rodrigues